

TI aplicada ao planejamento do orçamento acelera o crescimento da empresa

Uma das maiores dores de qualquer organização é lidar com o planejamento orçamentário. Prever receitas, destrinchar despesas, provisionar investimentos, tudo isso consiste em um trabalho muito especializado e que deve ser feito com muita cautela, mas, ao mesmo tempo, demanda certa ousadia. Afinal, é o orçamento que baliza a saúde financeira e a capacidade de crescimento da corporação

Alysson Guimarães (*)

Há um bom tempo já me incomodava muito o fato desse processo ainda ser feito de forma praticamente manual. O máximo de tecnologia empregada era a planilha de Microsoft Excel. Ao mesmo tempo, já constatava que o avanço das tecnologias da informação e comunicação possibilitava o desenvolvimento de ferramentas que aliviassem a vida do gestor financeiro.



Hoje, ainda vemos empresas, dos mais variados portes e atividades econômicas, reféns das velhas planilhas. Imagine uma empresa com mais de cem gestores, em que cada um deve enviar as suas previsões orçamentárias, utilizando uma planilha. Como controlar as versões de arquivos? Prazos de entrega? Como compreender o raciocínio utilizado para a consolidação dos valores enviados?

Esses são alguns dos pontos que exigem muitas horas de dedicação exclusiva de profissionais da área orçamentária. Horas dedicadas para controlar o processo, corrigir e validar documentos, planilhas e, ainda assim, com riscos significativos de erros e má gestão do planejamento orçamentário. Mas talvez você me pergunte: o que

seria o mais adequado para esse tipo de situação? A resposta é muito simples e cada vez mais acessível para empresas que enfrentam esse cenário: tecnologia.

Estudos realizados pela Forrester, líder global em pesquisas de mercado, com empresas que adotam tecnologias específicas para planejamento orçamentário, mostram retornos superiores a 1000% com o investimento realizado. Isso ocorre graças à economia de tempo com validações, correções e inputs manuais, que essas soluções podem gerar, atrelado a um ganho de inteligência e análise para melhor performance financeira.

E, pela experiência que vemos no mercado, podemos afirmar que é possível

acelerar em até quatro vezes o planejamento do seu orçamento utilizando uma plataforma de geração de insights, análises, indicadores, gráficos, simulação de cenários, construção de orçamentos, projeções e automatização das demonstrações financeiras. Seu ciclo orçamentário pode ser reduzido em 80%.

Enão se preocupe, essa celeridade vem acompanhada de muito mais precisão na informação. Portanto, a tecnologia proporciona elaboração de orçamentos de maneira mais rápida e assertiva. Um detalhe importante: há soluções que não demandam novos conhecimentos para sua utilização, uma vez que possui sintaxe semelhante à do Microsoft Excel. Ou seja, a operacionalização é feita sobre uma interface, uma configuração, com a qual

estamos habituados. Com a substancial diferença de que as funcionalidades são muito mais amplas e precisas.

Você constrói seu orçamento utilizando premissas, cenários e forecasts, e toda a equipe pode trabalhar simultaneamente sobre o mesmo projeto sem limitação de usuários. Definir prazos do início ao fim, criar fluxos de aprovação complexos, acompanhar entregas, revisões e aprovações são tarefas possíveis de serem automatizadas. O detalhamento inclui segmentação por filiais, centros de custo, empresas ou qualquer outra dimensão relevante para o seu negócio.

É a total governança do fluxo de construção do orçamento, do início ao fim. Sendo que o processo pode ser constantemente atualizado, estando sempre em dia, por meio de ferramentas de workflow de aprovação para definir prazos e acompanhar cada etapa do processo.

Confesso que me entusiasmo falando do tema. Não por menos. Saber que podemos oferecer ao mercado soluções que enfrentam as dores das empresas nos motiva. Queremos, cada vez mais, que essas inovações estejam ao alcance dos gestores.

(*) - É especialista em finanças corporativas e CEO da LeverPro (<https://www.leverpro.com.br>).

Cortes de gastos públicos: de opção à imposição

Samuel Hanan (*)

O grande fato econômico da segunda semana de junho foi a declaração do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que o governo irá rever as despesas

Foi uma forma do ministro tentar acalmar o mercado que reagiu mal às declarações do presidente Lula, que disse não pensar a economia do Brasil separada de medidas voltadas ao desenvolvimento social. Haddad prometeu rever o gasto primário e cortar privilégios, tendo sua fala endossada pela ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Uma notícia boa, sem dívida, mas que não pode ficar somente na retórica, limitando-se a desfazer momentaneamente o mau humor do mercado. A questão é que reduzir gastos públicos já deixou de ser mera opção do presidente da República, de ministros de Estado ou de outros governantes. A medida é, agora, a última oportunidade - impositiva e inadiável - para se evitar desastres maiores ao país, como o aprofundamento das desigualdades regionais e sociais.

É a bala de prata para estancar o crescente déficit público nominal (de R\$ 967 bilhões em 2023) e o brutal aumento do endividamento público, já superior a R\$ 8,1 trilhões em 2023, e que provavelmente atingirá R\$ 9 trilhões em dezembro próximo. Não há outra expressão para definir a real situação do setor público: o governo brasileiro não cabe mais no PIB nacional. Esta não é uma opinião e, sim, a mais pura constatação resultante da análise de números oficiais, isenta de qualquer viés político-ideológico.

Vejam o exemplo dos gastos da União. O funcionalismo público federal consome anualmente R\$ 490 bilhões, o correspondente a 4,5% do PIB. Outros R\$ 421 bilhões/ano são destinados a cobrir déficits previdenciários (Regime Geral da Previdência Social (RGPS) com R\$ 311 bilhões/ano, Servidores Federais civis e militares com R\$ 110 bilhões/ano). São mais 3,86% do PIB. Os precatórios da União custam R\$ 91 bilhões, ou 0,83% do PIB, e mais R\$ 644 bilhões (5,91% do PIB) são empregados no pagamento de juros incidentes sobre as dívidas da União.

A soma revela o comprometimento anual de R\$ 1,646 trilhão, o equivalente a nada menos que 15,10% do PIB nacional. Vamos agora às receitas da União, deduzindo as receitas previdenciárias porque no cômputo geral consideramos apenas os déficits. A União soma receitas no total de R\$ 1,605 trilhão, o correspondente a 14,73% do PIB. O déficit, portanto, é de 0,37% do PIB, ou R\$ 41 bilhões anuais.

A primeira conclusão que se tira é a de que a União somente conseguirá oferecer à população serviços de educação, saúde, segurança

pública, saneamento, habitação, e programas sociais como Bolsa-Família, Benefícios de Prestação Continuada (BPC's) e outros, mediante a geração de déficits gigantescos. Isso, por sua vez, implicará em mais endividamentos, alimentando, portanto, um círculo vicioso insustentável e altamente prejudicial à nação.

A hipótese do governo buscar ajustes via aumento de tributação está muito perto da exaustão. Essa medida recorrente já sacrifica demais a população - notadamente a mais carente - e, certamente, estimularia a sonegação e a informalidade, retrocesso indesejável. Portanto, o corte de gastos é, além da solução mais adequada, a única solução capaz de produzir os efeitos necessários a melhoria de qualidade de vida dos mais de 200 milhões de brasileiros. Imprescindível, no entanto, que seja expressivo para não se tornar mais um remédio paliativo.

É possível de ser feito, por meio da redução do gigantismo do Estado, dos privilégios e da impunidade - que consomem entre 2% e 3% do PIB -, do efetivo combate à corrupção - a redução pela metade significaria diminuir os custos desse mal dos atuais 2,50% do PIB para 1,25% do PIB - e do controle da farra das renúncias fiscais, muitas delas ilegítimas. O corte pela metade do que hoje é chamado de gastos tributários reduziria as despesas dos atuais 4,80% do PIB para 2,40% do PIB. É factível e apenas essas medidas de controle reforçariam os cofres da União em valores correspondentes a 6,65% do Produto Interno Bruto o que equivale a mais R\$ 700 bilhões.

Seria um bom começo e efetiva sinalização de que o governo está, de fato, disposto a mudar a realidade econômica do país. Os números são claros e a realidade grita. O Brasil precisa sair da ilusão para a era da verdade. A redução dos privilégios significaria ganhos palpáveis para a classe trabalhadora - ou seja, melhores condições de vida -, maior crescimento da economia, ampliação da oferta de emprego e melhores salários.

Seria, além disso, um passo fundamental para viabilizar, por exemplo, a melhoria da educação com implantação de escolas em tempo integral e melhor remuneração dos professores; a expansão e avanço dos serviços do SUS, e a oferta de serviços públicos de maior qualidade à população. Eis um caminho seguro para a redução das desigualdades regionais e sociais, medida tão necessária para fazer do Brasil um país mais justo e igualitário, dando concretude ao que diz a Constituição Federal. Afinal, os direitos precisam sair do papel e chegar efetivamente à vida dos cidadãos.

(*) - Engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças, foi vice-governador do Amazonas (1999-2002). Autor dos livros "Brasil, um país à deriva" e "Caminhos para um país sem rumo" (<https://samuelhanan.com.br>).

O futuro do trabalho já começou e tem como pilar o bem-estar dos funcionários

A pandemia transformou o cenário empresarial global, forçando empresas a repensarem seus modelos de negócios. Mergulhada em um mundo B.A.N.I (Frágil, Ansioso, Não linear e Incompreensível), a população percebe que as adversidades estão presentes a todo momento.

Mesmo antes da pandemia, questões como disparidade de gênero e abismo social já eram uma realidade - desde o início do século XXI, a metade mais pobre da população mundial recebeu apenas 1% do aumento total da riqueza global. Depois de 2020, essas questões aumentaram e se tornaram impossíveis de ignorar, especialmente quando combinadas com os novos desafios trazidos pela crise.

As adversidades afetam tanto fatores coletivos quanto individuais, impactando o presente e o futuro do trabalho. De acordo com Rica Mello, especialista em gestão de empresas e fundador do grupo BCBF, com esse contexto formando parte do Trabalho 4.0, é essencial revisar o modelo educacional para desenvolver competências mais adequadas ao momento em crianças e jovens.

"Além disso, é necessário considerar o envelhecimento populacional, pois a faixa etária de 65 anos ou mais é a que mais cresce no mundo, enquanto a taxa de natalidade diminuiu desde o século XX. Isso exige um enfrentamento do etarismo - preconceito baseado em estereótipos ligados à idade, que prejudica, entre outros aspectos, o acesso de pessoas com mais de 50

anos a oportunidades no mercado de trabalho", comenta.

Em 2019, o Fórum Econômico Mundial já alertava para essas mudanças, destacando a necessidade urgente de requalificação e letramento digital, para que as pessoas possam ingressar, atuar e se manter profissionalmente ativas em meio à revolução tecnológica e crescente automação.

"A pandemia acelerou a necessidade de inovação nos modelos de negócios. Empresas que antes resistiam ao trabalho remoto, agora veem suas vantagens e buscam maneiras de integrar essas práticas em suas operações diárias. Adaptabilidade e resiliência são palavras de ordem", completa o especialista. Ele acrescenta que, ao mesmo tempo, as empresas podem se deparar com oportunidades únicas para remodelar o ambiente corporativo e criar soluções que atendam às necessidades atuais, mas que também preparem as empresas para futuros desafios.

Para isso, projetos econômicos alternativos, juntamente com a Revolução 4.0 e a automação inevitável, propõem perspectivas mais flexíveis, autônomas e centradas na valorização do potencial e do capital humano. "A combinação entre homem e máquina demandará habilidades digitais e socioemocionais, formando supertimes híbridos", conta Rica.

De acordo com o relatório Future of Jobs 2020, do Fórum Econômico Mundial, 40% das habilidades essenciais podem mudar nos próximos

cinco anos, o que coloca as empresas na posição de catalisadoras da aprendizagem intencional, focada em uma mentalidade de crescimento, para ajudar os profissionais a se manterem capacitados.

Com a transformação digital e a ascensão do trabalho remoto e Phy-Digital (ambiente físico e digital), as companhias precisarão também atender a uma nova hierarquia de necessidades dos seus colaboradores, colocando em foco a saúde e o bem-estar deles. Além disso, será preciso gerenciar diversas modalidades de contratação para compor a força de trabalho, o que levará a uma nova forma de gestão de talentos e estilo de liderança.

"As empresas terão que se adaptar rapidamente a essas mudanças para permanecerem competitivas e garantir que seus colaboradores estejam preparados para os desafios futuros", conclui. Desde 2020, o home office ganhou notoriedade e tornou-se uma das opções mais viáveis para que as empresas continuassem a produzir.

Agora, o desafio é entender essa reação do mercado que acontece desde então e quais modelos de trabalho serão necessários para manter a produtividade com segurança, além das habilidades que esse colaborador precisa desenvolver para lidar com uma inovação acelerada, ambientes inclusivos e uma gestão que coloque em primeiro lugar a qualidade de vida de seus profissionais. Fonte e mais informações: (<https://ricamello.com.br/>).